

ARRECADAÇÃO AUMENTA, MAS GOVERNADOR 'PINTA' O CAOS PARA NÃO CONCEDER REAJUSTE AOS SERVIDORES



A arrecadação de Mato Grosso do Sul cresceu 2,67% no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2018. Principal fonte de receita estadual, o ICMS teve aumento de 4,1%. No entanto, para não estender à maior parte dos servidores o aumento de 16,38% no próprio salário e dos comissionados, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) prevê o caos nas finanças do Estado.

PÁGINA 3

VISITAS ÀS COMARCAS

Diretores do Sindijus mobilizam servidores do interior do Estado

PÁGINA 7



SAÚDE CASSEMS

'Cozinha Experimental' apresenta substituições saudáveis e saborosas

PÁGINA 5

NEGOCIAÇÃO

ACP tem reunião com prefeito e categoria avalia nova proposta de correção do Piso 20h



PÁGINA 6

SINPOL

Policiais civis de MS protestam contra a reforma da Previdência



PÁGINA 4

RICARDO BUENO

Presidente do Sintss defende reajuste salarial e incorporação do abono



PÁGINA 2

Ricardo Bueno defende reajuste salarial e a incorporação do abono na tribuna da AL-MS

|| Diversas categorias estiveram presentes na Assembleia Legislativa na manhã do dia 21 de maio para apoiar a fala de Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS, na oportunidade representando o Fórum dos Servidores Públicos do MS, organização composta por sindicatos e associações, representativa de mais de 40 mil trabalhadores.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A intervenção de Bueno no Plenário da casa de leis foi acompanhada pela mobilização de funcionários públicos de diversas categorias que lotaram o Plenário Júlio Maia da AL-MS, convocados pelo Fórum Estadual dos Servidores Públicos do MS.

Bueno criticou os altos salários que existem atualmente no governo estadual. “Quando [o governo] fala em enxugar a máquina, que diminuiu as secretarias, é cansativo eu falar aqui, hoje deve ter mais de 30 cargos com salários maior que o salário de secretário, de 28 mil [reais]”, atualmente existem nove secretarias de Estado no Mato Grosso do Sul.

“Se a gente quer fazer diferente, os servidores estão disponíveis, sabe



Ricardo Bueno, Presidente do Sintss-MS, e coordenador do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul

quando ele tá disponível? Quando ele leva o café de casa porque não tem, quando leva a caneta de casa porque não tem no local de trabalho”, disse Bueno.

MOBILIZAÇÃO

O Fórum dos Servidores agradeceu a mobilização dos servidores de diversas categorias neste dia e alertou os trabalhadores para mobilização em defesa do seu direito ao reajuste salarial, além da prometida incorporação do abono.

Em vídeo gravado na terça-feira (21), lideranças do Fórum dos Servidores convocaram para 31 de maio o Dia de Mobilização Geral dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul.

A iniciativa será precedi-

da de assembleias e mobilizações de diversas categorias, que pretendem realizar um ato unificado pelo reajuste salarial digno e a incorporação do abono.

COMISSIONADOS

Um dos elementos centrais da crítica dos trabalhadores aos gastos do governo, está na quantidade excessiva de cargos comissionados.

Um estudo elaborado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) demonstrou um aumento de 45% no gasto com os salários dos cargos comissionados entre outubro e março, de R\$ 7,342 milhões para R\$ 10,642 milhões, conforme apurou o Blog “O Jacaré” do jornalista Eivaldo Bitencourt.

Servidores pedem o apoio dos parlamentares nas negociações salariais com o Executivo

|| Representantes de sindicatos dos servidores estaduais que trabalham na Educação do Estado utilizaram a tribuna da Casa de Leis na manhã de quinta (23), a convite do deputado estadual Pedro Kemp (PT), para solicitar o apoio e a intermediação dos deputados estaduais nas rodadas de negociações salariais junto ao Governo do Estado.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Jaime Teixeira, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), considera que a tabela paga aos auxiliares educacionais está muito defasada. “Estive aqui há 15 dias e também na audiência pública para falar dessa situação. Quantos tra-



Jaime informou que a tabela paga aos servidores é defasada

balhadores sobrevivem com essa quantia, de menos de um salário mínimo? Essa tabela deve ser revista. E ainda recebem liminar proibindo 2/3 do efetivo de entrar em greve, mesmo com o pior salário de servidor administrativo estadual? Peço o apoio de vocês, parlamentares, para que não votem a aprovação enquanto o governo não discutir as particularidades de todas as categorias”, declarou.

Wilds Ovando, presidente do SINTEDE (Sindicato



“Não dá mais para continuar assim”, afirmou Wilds Ovando

dos Servidores Administrativos da Educação Pública Estadual de Campo Grande, fez um apelo aos deputados estaduais. “Desde 2017 estamos nesta novela e ainda não saímos do lugar, não consigo entender o governador conceder um reajuste de mais de 15% para si mesmo e alegar que não é possível o reajuste salarial dos servidores públicos. O absurdo é ainda usar a justiça para intimidar a categoria, pois estamos no 4º dia de greve e os trabalhos estão sendo prejudicados, a greve continua até uma resposta do Executivo. É preciso encontrar uma solução que nos contemple, se possível um projeto que, ao menos, nos dê uma previsão de incorporação deste abono salarial, não apenas a prorrogação”, considerou.

Arrecadação cresce 2,67%, mas governador “pinta” o caos para justificar reajuste zero

|| A arrecadação de Mato Grosso do Sul cresceu 2,67% no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2018. Principal fonte de receita estadual, o ICMS teve aumento de 4,1%. No entanto, para não estender à maior parte dos servidores o aumento de 16,38% no próprio salário e dos comissionados, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) prevê o caos nas finanças e até de seguir o exemplo do Rio de Janeiro, de não ter dinheiro para pagar a folha.



Edemir Rodrigues/Subsecom

Reinaldo faz alarde sobre caos nas finanças para justificar reajuste zero aos servidores

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

Para justificar o congelamento de salários e até corte de benefícios dos 75 mil servidores estaduais, o tucano conta com o apoio de jornais e sites para divulgar a falta de dinheiro. O Campo Grande News “revela” queda generalizada e atraso nos salários. O Governo alega que precisa cortar R\$ 441 milhões para não ser obrigado a elevar a parcela do pagamento da dívida com a União de R\$ 31 milhões para R\$ 100 milhões por mês.

No entanto, o Portal da Transparência não confirma o discurso usado para justificar o índice zero de reajuste e o pacote de maldades que

será anunciado para agradecer os funcionários pela reeleição.

De janeiro a abril deste ano, a receita total do Estado somou R\$ 4,865 bilhões, alta de 2,67% em relação aos R\$ 4,738 bilhões arrecadados no mesmo período do ano passado. O maior aumento, de 12,5%, ocorreu na arrecadação com o IPVA, que passou de R\$ 441,2 milhões para R\$ 496,4 milhões. Este é o tributo que Reinaldo elevou em 40% no primeiro ano de mandato.

A receita com o ICMS teve aumento de 4,1% no primeiro quadrimestre, saltando de R\$ 2,747 bilhões para R\$ 2,860 bilhões. O tributo é a principal fonte de renda da administração esta-

dual e teria caído drasticamente em abril, conforme “fontes” do caos, que não se identificam e ganharam credibilidade nos últimos dias nos principais meios de comunicação.

Por outro lado, a despesa cresceu 9,58%, considerando-se apenas o valor empenhado, de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 4,822 bilhões. O valor pago subiu 21,67%, de R\$ 3,071 bilhões para R\$ 3,737 bilhões.

Como o Governo suspendeu promoções de policiais, bombeiros e demais trabalhadores, qual seria o motivo do crescimento expressivo e acima da inflação dos gastos governamentais?

Um dos principais mo-

tivos foi o reajuste de 16,38% no salários do governador, do vice-governador, dos secretários estaduais e dos comissionados. O mínimo que o tucano poderia fazer para mostrar boa vontade é recuar do aumento acima da inflação nos salários do primeiro escalão e de apadrinhados políticos.

No entanto, para ganhar o apoio popular e dos servidores públicos, Reinaldo profetiza o caos. O primeiro a divulgar o risco de Mato Grosso do Sul ficar igual ao Rio de Janeiro se não congelar os salários foi o Correio do Estado. Por meio do jornal, o Governo sinalizou que manterá o abono de R\$ 200, pago a 37,7 mil servidores, e ponto final.

Confira a evolução no 1º quadrimestre

Receita total		
2018	R\$ 4,738 bilhões	
2019	R\$ 4,865 bilhões	(+2,67%)
ICMS		
2018	R\$ 2,747 bilhões	
2019	R\$ 2,860 bilhões	(+4,01%)
IPVA		
2018	R\$ 441,2 milhões	
2019	R\$ 496,4 milhões	(+12,5%)
FPE		
2018	R\$ 425,8 milhões	
2019	R\$ 473,6 milhões	(+11,23%)

Fonte: Portal da Transparência

De acordo com projeção divulgada pelo site de notícias Campo Grande News, com reajuste zero do funcionalismo e apenas o aumento de 16,38% dos comissionados, a folha deve saltar de R\$ 7,852 bilhões para R\$ 8,587 bilhões neste ano.

O resultado mostra o fracasso da política tucana, que não consegue colher os frutos das medidas amargas adotadas no primeiro mandato, como redução de secretarias, lei do teto dos gastos públicos, aumento de impostos de produtos “supérfluos” e do IPVA e renegociação da dívida com a União.

O mais engraçado é que Reinaldo não pode reclamar de que não teve

apoio dos servidores. Só a reeleição teve o aval de 18 sindicatos no ano passado e dividiu o Fórum dos Servidores.

Outro motivo para o aumento das despesas foram várias indenizações milionárias pagas a vários integrantes do primeiro escalão, como o secretário estadual de Administração, Roberto Hashioka, e o secretário especial Paulo Henrique Malacrida, investigado pela Polícia Federal na Operação Nota Zero.

Para obter o apoio dos servidores, o ideal seria o tucano revogar o reajuste de 16,38% no próprio e de todos os comissionados, afinal, nada mais justo para um Estado que está à beira da falência.

Policiais civis de MS protestam contra a reforma da Previdência em Brasília

|| Na terça-feira (21), uma caravana de policiais civis de Mato Grosso do Sul esteve em Brasília para participar de um ato contra a reforma da Previdência.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Ao todo, cerca de 4 mil profissionais da segurança pública de todo o País – policiais civis, federais, rodoviários federais, agentes penitenciários, guardas municipais, entre outros – realizaram uma manifestação pacífica em frente ao Congresso Nacional, com faixas, bandeiras e cruzeiros.

Mesmo com o forte calor, os policiais civis permaneceram durante toda a tarde no gramado do Congresso Nacional, acompanhando discursos dos representantes das categorias, e ainda de parlamentares que se comprometeram em lutar por uma Previdência justa aos servidores policiais.

“Viemos de longe para lutar pelos direitos de todos os policiais civis. Nós estamos na linha de frente. Há décadas somos nós policiais que mais sofremos no Brasil no combate à criminalidade e na defesa da sociedade e não os militares”, declarou Giancarlo Miranda, presidente do Sinpol.



Cerca de 4 mil profissionais da segurança pública de todo o País realizaram uma manifestação pacífica em frente ao Congresso Nacional



ATO SIMBÓLICO

No encerramento do manifesto, já no fim da tarde, em um ato simbólico,

os policiais “abraçaram” o Ministério da Justiça e Segurança Pública e cantaram o Hino Nacio-

nal Brasileiro. Logo após, houve uma caminhada ao redor do Congresso Nacional.

Representantes

O Sinpol agradece o apoio dos policiais civis que representaram o Mato Grosso do Sul em Brasília - Ailton Alves Teixeira, Alberto José Malta Sobreira, Aldinar Antunes de Andrade, Alessandro Jacometo, Alessandro dos Santos Oliveira, Antônio Roberto Zanini, Araci Brum dos Santos, Clis Regiane de Carvalho Santos, Hedy Marcós Benzi Filho, Helio de Jesus Santos Junior, Iria Ferreira Barbosa, Jaime Martinelli, João da Silva Melo, Juanito Guedes e Silva, Keller Luiz de Oliveira, Luiz Valmor Lino Braga, Maria Clarete Puglia, Marlene Gomes da Silva Melo, Marlon Cavalcante da Fonseca de Araújo, Nilton César Sales dos Santos, Pablo Pael, Paulo Queiroz, Reinaldo da Silva, Roberto Palmeira da Silva, Rosângela Ismail da Costa Domingues, Tiago Vargas, Tony Messias, Valdemir Ferreira, Waldemar Cavalcante Oliveira, Walter Alves Martins e Zilda Ferreira dos Santos.

Em noite dedicada às massas, 'Cozinha Experimental' apresenta várias substituições saudáveis e saborosas

|| Na noite do dia 21 de maio, os participantes do programa de prevenção "Cozinha Experimental", em Campo Grande, aprenderam a fazer pratos saudáveis de um dos alimentos preferidos dos brasileiros, que é a massa. O programa tem o objetivo de despertar o interesse por uma alimentação mais saudável, gerando assim maior qualidade de vida, por meio de receitas saborosas, fáceis de fazer e nutritivas. O programa de prevenção foi criado em 2012, em Campo Grande, e desde o ano passado também é realizado em Dourados. Na Capital, os cursos acontecem na Rua Abrão Júlio Rahe, 97, e em Dourados, na Rua Onofre Pereira de Matos, 5.534-5.644, no Jardim Climax. Para se inscrever o beneficiário deve ligar no (67) 3382-8584, em Campo Grande, e (67) 3033-8350, em Dourados. O valor da inscrição é de R\$ 30,00.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Cristiane Melo participou da "Cozinha Experimental" pela primeira vez. O que a fez procurar o curso foi a repercussão da excelência do programa de prevenção. "Eu resolvi participar do curso, primeiro, pela credibilidade da Cassems e, também, pelos comentários que as pessoas fazem no Facebook, e isso me deixou



O programa tem o objetivo de despertar o interesse por uma alimentação mais saudável



bem entusiasmada. Eu não sabia fazer nenhum tipo de massa e aprendi muita coisa aqui. Eu vou participar de todos e vou indicar para todo mundo".

Outra que conheceu o curso na última edição, Sirlene Ferreira da Silva conta que é cozinheira de "mão cheia", porém, para ela, saber cozinhar bem nem sempre é sinal de comida saudável. "Eu resolvi participar do curso porque só sei fazer comida que engorda. Eu sou boa cozinheira, mas só de comidas que engordam, então, vim aprender comidas mais saudáveis. Eu gostei bas-

tante do ravióli e faz tempo que queria aprender a fazer a massa".

Nutricionista e coordenadora da "Cozinha Experimental", Melissa de Andrade explica que o objetivo do curso de massas é incluir aspectos nutricionais aos pratos, por meio de substituições.

"Eu estou incluindo mais a parte de Nutrição no curso de hoje, como, por exemplo, o ravióli, que as pessoas têm o hábito de comprar massa pronta, aqui, eu ensinei a fazer a massa integral com recheio de abóbora com amêndoas. Tam-

bém fizemos um nhoque de banana da terra sem farinha. Então, a gente agregou muitas vitaminas num prato que, geralmente, as pessoas associam a alimentos com muita gordura, além de substituir muitos produtos industrializados por alimentos frescos".



A próxima edição do programa de prevenção "Cozinha Experimental", em Campo Grande, será no dia 4 de junho, com o tema "Caldos e Sopas". Confira abaixo o cronograma dos cursos para 2019, na Capital:

- 04/06/19 - Caldos e Sopas
- 18/06/19 - A Biomassa de banana verde no dia a dia da sua alimentação
- 02/07/19 - Cozinha kids Especial de Férias piquenique
- 06/08/19 - Preparações com peixe
- 27/08/19 - Alimentação Saudável para o dia a dia
- 10/09/19 - Curso de grãos e Leguminosas
- 24/09/19 - Cozinha vegetariana
- 15/10/19 - Quiches, Tortas e Bolos
- 29/10/19 - Cuidando do diabético: sua alimentação faz a diferença
- 12/11/19 - Cozinha low carb
- 26/11/19 - Hipersensibilidade alimentar- Cozinha sem glúten e sem lactose
- 03/12/19 - Ceia de Natal e Ano Novo

ACP tem reunião com prefeito e categoria avalia nova proposta de correção do Piso 20h

|| A diretoria da ACP se reuniu na segunda-feira (20) com o prefeito Marquinhos Trad a fim de dar sequência às tratativas sobre a correção anual e manutenção da política salarial do Piso 20h na REME.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O encontro aconteceu na Prefeitura e contou com a participação dos secretários municipais de Finanças, Pedro Pedrossian Neto; de Educação, Elza Fernandes; e de

Gestão, Agenor Mattiello. Representando a ACP estavam o presidente, Lucílio Nobre; a vice-presidente, Zélia Aguiar; o secretário-geral, Weld de Carlos e o secretário de formação sindical, Gilvano Bronzoni.

Lucílio Nobre iniciou a reunião explicando a rejeição da categoria, para a primeira proposta apresentada pela Prefeitura e entregando a contraproposta ao Chefe do Executivo.

“Agradecemos a opor-

tunidade de manter o diálogo aberto, nessa audiência com o prefeito. E, principalmente, destacamos a importância de não perdermos de vista a Lei do Piso”, pontuou.

Após apontarem as dificuldades financeiras da Prefeitura, a equipe municipal também reconheceu que os servidores têm direito à correção salarial e se comprometeu em apresentar nova proposta no dia 23 de maio.

“Estamos avaliando as possibilidades, estudan-



Diretoria da ACP se reuniu na segunda-feira com o prefeito da Capital, Marquinhos Trad

do uma forma de contemplar a categoria sem ferir as contas públicas. As portas estão abertas e seguimos dialogando, a fim de encontrar uma proposta viável”, afirmou

o prefeito.

Com a nova proposta da Prefeitura, o sindicato realizou Assembleia Geral Extraordinária na sexta-feira (24), para a categoria deliberar so-

bre os pontos apresentados. O sindicato segue dialogando com o Poder Executivo Municipal, a fim de garantir a política salarial do Piso 20h na REME.

NOTA DE APOIO À FEDERAÇÃO E REPÚDIO À REPRESSÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MS

O Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública— ACP manifesta total apoio à FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso Sul), na luta em defesa do Piso 20h do magistério e na liderança do movimento grevista dos trabalhadores administrativos da Educação.

Há 40 anos, a FETEMS é a legítima representante dos trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso do Sul, sempre agindo com o respaldo da categoria e o respeito nas relações com instituições públicas, privadas e interlocutores dos Poderes Executivo e Legislativo de MS.

Nesse sentido, a ACP, sindicato afiliado à Federação, repudia veementemente o ato de repressão e violência com o qual os manifestantes e a direção da FETEMS foram tratados em frente à Governadoria, na noite de quinta-feira (23), resultando na agressão à jornalista da Federação, Andreia Cercariolli.

É extremamente preocupante e nefasto que o governo do Estado use de violência, repressão e intimidação no lugar do diálogo para tratar com os servidores públicos, diante do movimento grevista que reivindica direitos conquistados pelos trabalhadores, que estão sendo ne-

gados pelo Poder Executivo de MS.

A ACP reitera que estará sempre ao lado dos trabalhadores e atuando em conjunto com a FETEMS na defesa dos servidores públicos da educação de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul.

Desde 1952, nossa luta não para!



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952

Visitas às comarcas: Diretores do SINDIJUS mobilizam servidores do interior do Estado

|| Desde o início deste mês de maio, a Direção-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) tem mobilizado as comarcas do interior do Estado por meio de visitas aos Fóruns para falar sobre o andamento das reivindicações do Sindicato, detalhar assuntos debatidos em assembleias e ouvir os servidores sobre os pleitos da categoria.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

BANDEIRANTES

Os diretores visitaram a Comarca de Bandeirantes no dia 10 de maio para mobilizar os servidores. “Com ataques aos servidores públicos em todas as esferas, muitos servidores que antes estavam alheios às lutas agora começam a entender a necessidade da união, para juntos nos defendermos e avançarmos”, ressaltou o vice-presidente Fabiano Reis.



ANAURILÂNDIA

A direção-geral do Sindicato esteve no dia 14 de maio na comarca de Anaurilândia. “Agradecemos a recepção dos servidores da Comarca de Anaurilândia, que foram muito acolhedores e hospitaleiros. Nosso objetivo é mobilizar a categoria, ressaltar a importância da consciência sindical e a necessidade de nos unirmos para defender nossos direitos, tanto no âmbito Estadual, como nacional em que tramita a Reforma da Previdência”, afirmou Leonardo.



CAMAPUÃ

No dia 9 de maio, o presidente Leonardo Lacerda e o vice Fabiano Reis estiveram na comarca de Camapuã. Os dirigentes se reuniram com os servidores no cartório para falar sobre o andamento das reivindicações do Sindicato, detalhar assuntos debatidos em assembleias e reuniões e ouvir os servidores sobre os pleitos da categoria.

“O contato direto com a base é parte fundamental da mobilização, mesmo com diversos canais de comunicação, o contato direto continua sendo o mais efetivo. É gratificante ver que a cada visita não apenas passamos muita informação como também aprendemos bastante com a troca de ideias, conhecendo várias realidades diferentes”, afirmou Leonardo.

BATAGUASSU

No dia 15 de maio, o presidente Leonardo Lacerda, vice Fabiano Reis e o diretor-tesoureiro Edison Lange Junior se reuniram com os servidores da Comarca de Bataguassu. O objetivo da direção do SINDIJUS-MS é informar os servidores do Judiciário sobre os últimos andamentos da negociação salarial e mobilizá-los sobre as lutas sindicais.



“Sem dúvidas poder conversar e passar pessoalmente as informações para os servidores é o melhor mecanismo de comunicação, pois assim podemos tirar dúvidas e esclarecer questionamentos específicos de cada região”, ressaltou o presidente Leonardo.

BRASILÂNDIA

Durante as visitas nas Comarcas, os diretores do SINDIJUS-MS conversaram com os servidores da Comarca de Brasilândia, no dia 16 de maio, para informá-los sobre os últimos andamentos do Sindicato. “Chamou a atenção o alto grau de conhecimento dos servidores da comarca que estão bem inteirados dos assuntos referentes aos trabalhadores, como a Reforma da Previdência e a negociação salarial, demonstrando interesse em pesquisar e buscar informações. Dessa forma pudemos ter um debate ainda mais profundo sobre os encaminhamentos e como poder atuar na defesa de nossos direitos”, comentou Leonardo Lacerda.



Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul – AME-MS

A Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, composta por quatro advogados, vem a público REPUDIAR a postura do Estado de Mato Grosso do Sul pela prática de atos abomináveis e concreta aplicação de punições ao Presidente da AME-MS, o senhor Thiago Monaco Marques.

A referida situação estava sendo tratada internamente por esta Comissão, porém, veio a público no último dia 21 durante pronunciamento do Coordenador do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul na sessão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que pediu a solidariedade dos parlamentares, tendo em vista que o presidente da entidade representativa de policiais militares e bombeiros militares tem sido vítima de diversos procedimentos e punições.

A Comissão de Direitos Humanos e todo o corpo jurídico da ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES ESTADUAIS, AME-MS, tem acompanhado com “muita preocupação” os sucessivos procedimentos e punições que foram impostos ao Presidente da AME-MS.

É público que, em 2016, quando em entrevista o então Secretário de Estado Administração e Desburocratização à época, representando o Estado de MS, participou de um programa de rádio, onde citou de forma “ameaçadora”, em tese, o nome de Monaco, suscitando prováveis retaliações, por conta da sua atuação representativa como Presidente da AME-MS, nas mobilizações que buscavam melhoria salarial e condições dignas de trabalho para a categoria.

Desde então, o Presidente da AME-MS tem respondido inúmeros procedimentos, devido a mero posicionamento político público que o fez como presidente de entidade, até no último, em que absurdamente foi punido por assinar um ofício em nome da associação onde é Presidente e que representa militares estaduais, diga-se de passagem, totalmente despedido da função pública de Oficial da PMMS.

A apuração dos fatos pela Comissão de Direitos Humanos da AME-MS está em fase conclusiva e em breve será apresentado às autoridades dos mais diversos poderes minucioso relatório, bem como irá sugerir os procedimentos legais a serem adotados, que poderão ir desde o simples pedido de afastamento imediato das funções de agentes públicos, propositura de ações cíveis pela prática, em tese, de atos de improbidade administrativa, responsabilidades civis como a já proposta Ação de Indenização por Danos Morais, criminais, não se descartando, ademais, a possibilidade de se requerer à Assembleia Legislativa esmiuçada análise quanto à existência ou não de possível crime de responsabilidade ou infração político administrativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, claro, evidentemente, se restar comprovada a sua participação nos mencionados atos por autoridades a ele subordinadas, já que gravíssimos e

atentatórios ao Estado Democrático e Social de Direito, consubstanciado em “excesso de procedimentos instaurados em face de um representante classista”, que envolveria a alta cúpula do Governo de MS.

A comissão torna público, também, que no último procedimento instaurado tendo como ato motivador o simples envio de ofício em busca de pautas importantes à categoria com o Governo, como reajuste salarial, continuidade do abono, atas de promoção atrasadas, falta de condições dignas de trabalho dentre outros, a “sede de punição” foi tão grande que, mesmo o comando imediato do Presidente da AME concordando com a tese de defesa que a Entidade não possui com o poder público qualquer vínculo e relação hierárquica ou de subordinação, que não é órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional e o envio de expediente ou qualquer ação à frente da Associação não se compara a ato administrativo, pois este pressupõe que seja elaborado por órgão público e a pessoa que o emite esteja, obrigatoriamente, investida na função pública, o que não é o caso do Mônico, posto que não estava investido em função pública e sim de presidente de uma entidade jurídica de direito privado, com CNPJ, apenas cumprindo disposições estatutárias no sentido de buscar o direito de seus associados, sendo que em princípio, o parecer inicial foi na trilha de que não haveria transgressão disciplinar, porém a corregedoria da PMMS, órgão da Administração pública direta subordinada ao Governador, avocou a si a decisão, discordou do relatório e aplicou punição ao Presidente da AME-MS. Um verdadeiro absurdo jurídico!

Mônico é profissional de segurança pública, tem uma ficha impecável e trabalha há mais de duas décadas combatendo a criminalidade. Infelizmente, estes fatos têm afetado sua vida profissional e familiar, chegando ao ponto de se afastar das funções seguindo orientação médica.

A Comissão de Direitos Humanos reitera a necessidade de pronta intervenção dos Órgãos Competentes nessa situação que não pode perdurar e que afronta, de morte, cláusulas pétreas previstas na Constituição Federal Cidadã de 1988, conquistadas ao longo de décadas, muito sangue derramado e recorrerá, inclusive, a órgãos internacionais de direitos humanos, se necessário, para que um cidadão brasileiro, destinatário de direitos e garantias fundamentais proclamados na Carta Magna, não sofra violações de direitos a fim de que possa continuar prestando serviços de excelência e eficácia à sociedade sul-mato-grossense.

